



Jornal do SINTTRAV-MG

Rua Viamão, 129 - Bairro Calafate - Belo Horizonte - MG - CEP 30411-253
E-mail: sinttrav@sinttrav.org.br - Site: www.sinttrav.org.br - Tel.: (31) 3646-4608

Setembro/2017



Negociação Coletiva Salarial de 2017

APPROVADO



08 de setembro de 2017 - Auditório do Sindicato do Comércio/BH

Em assembleia para avaliação da proposta patronal, trabalhadores do Transporte de Valores aprovaram o reajuste de salários e benefícios referente a negociação 2017/2018 com data base em 1º de julho, arrancada na mesa de negociação sem nenhum direito a menos.

Após as considerações, o Presidente do Sintrav Emanuel Sady, fez um breve relato da atual conjuntura do País e do momento crítico que vive os trabalhadores, quando o atual governo em uma manobra jamais vista aliado a fortes grupos econômicos, conduziu a reforma trabalhista que retira direitos e acaba com a Justiça do trabalho, deixando o trabalhador em desvantagem para negociar direto com patrão. O momento é de unir forças para reverter o quadro caótico em que vive a classe operária. A proposta arrancada na mesa de negociação, não é a melhor, mas é muito significativa, porque garante direitos já conquistados!!!

Vejam nossas conquistas

- *Aumento linear índice 3% retroativo a 1º de julho;**
- *Reajuste do Ticket 6.67% retroativo a 1º de setembro;**
- *Contratação de plano de saúde alternativo para trabalhadores da tesouraria com menor custo;**
- *Inclusão dos vigilantes do BACEN na CCT.**

Valor do ticket Vigilante de Carro-Forte/Base
26 x 32,00 = R\$ 832,00

Reajuste Ticket Tesouraria/Administrativo
22 x 29.86 = R\$ 657,14

*inclusive nas férias.



VALE OURO!!!

Cinco anos de história, lutas, conquista e de valorização do Transporte de valores em MG.

- Único no Brasil/Aumento linear;
- Negociação coletiva por 1 ano;
- Fim da compensação das horas extras;
- Ticket do Vigilante de Carro-forte chega ao maior piso do Brasil;
- Ticket da tesouraria e administrativo, maior do Brasil;
- Garantia de recebimento de ticket nas férias para Vigilantes de Carro-forte e Tesouraria;
- Redução do PAT em 50%;
- Único no Brasil a receber residual pela troca de uniforme);
- Café com pão e manteiga de qualidade para todos;
- Fim do uso do chinelo de dedo na tesouraria (praticada há mais de 20 anos);
- PPR nas empresas (Prosegur, Proforte e Brinks);
- Plano de Saúde;
- Adiantamento de salário;
- Seguro de vida;
- Auxílio funeral;
- Assistência judiciária gratuita em razão do exercício da profissão;
- Reciclagem custeado pelas empresas;
- Garantia de recebimento de todas horas extras quando:
 - Em curso e reciclagem;
 - Horário de almoço não realizado;
 - Estabilidade pré-aposentadoria;
 - Dia do Vigilante
- Fiscalização e acompanhamento de todas as CIPAs em Minas Gerais;
- Melhoria nas instalações das empresas de transporte de valores, especialmente no vestiário, refeitório, proporcionando melhor conforto a todos.



Homenagem

02 de setembro dia do falecimento do nosso diretor Renato Fiel Magalhães, esse dia será marcado para sempre em nossa memória como dia de luta!!!

Instituído pela diretoria do Sintrav.

★ 26/03/1974 † 02/09/2017

Expediente:
Boletim elaborado pela Assessoria de Imprensa e Comunicação do Sindicato dos Empregados nas Empresas de Transporte de Valores no Estado de Minas Gerais - Sintrav-MG.
Redação: Emanuel Sady,
Diagramação e Impressão: Gráfica do Gaúcho 31 3201 0102,
Dúvidas e Sugestões: imprensa@sintrav.org.br/ Rua Viamão, 129 - Prado, BH - MG/ Tel.:(31) 3646 4608

Taxa Assistencial

Conforme aprovado em Assembleia Geral dos Trabalhadores de Transportes de Valores no dia 08 de setembro de 2017, será descontado de todos os trabalhadores sindicalizados ou não, na folha de pagamento do mês de setembro, o valor de 4% (limitado a remuneração do Vigilante Chefe de Equipe) a título de contribuição anual para o fortalecimento da luta na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Lembrando que os sindicalizados estão isentos da mensalidade sindical no mês do desconto da Taxa Assistencial.

Manter o sindicato é dever dos trabalhadores e a sua participação é muito importante para mantermos instalações dignas, homologações, jurídico e melhores condições para atendimento à nossa categoria.

Veja o valor da contribuição anual da Taxa Assistencial de 2017

Vigilante de Carro-Forte Chefe de Equipe	R\$125,00
Vigilante de cobertura	R\$105,88
Vigilante de base	R\$ 98,49
Auxiliar de tesouraria	R\$ 54,68
Para os demais funcionários será descontando 4% da remuneração limitado ao valor da contribuição do vigilante chefe de equipe. Ou seja	
	R\$125,00

Atenção

a todos trabalhadores do transporte de valores

Renunciar ao pagamento da Taxa Assistencial, é não reconhecer o sindicato como seu representante. É abrir mão de direitos adquiridos com muita luta, é dizer não as conquistas, enfraquecendo o seu instrumento de luta e fortalecendo o patrão para agir arbitrariamente e consequentemente escravizar ainda mais a categoria, achatando salários tirando benefícios e sufocando o trabalhador levando-o a exaustão e ao adoecimento.

O sindicato é como um seguro, você contribui e na hora em que mais precisa, ele estará ao seu lado para te defender. Sindicato forte, trabalhador valorizado!

Ousar lutar, ousar vencer!

Sindicalize-se



VEJA COMO FICA SEU SALÁRIO

Reajuste linear de 03% a partir de 01/07/2017

Salário Vigilante Chefe de Equipe e Motorista

	Antes	Atual
Salario Normativo	R\$ 2.333,99	R\$ 2.404,01
Periculosidade 30%	R\$ 700,19	R\$ 721,19
Remuneração total	R\$ 3.034,19	R\$ 3.125,20
Ticket Alimentação / Refeição *Inclusive nas Férias 26x30 26x32	R\$ 780,00	R\$ 832,00
Remuneração + benefício	R\$ 3.817,19	R\$ 3.957,20
Adiantamento do Salario 40%	R\$ 1.213,67	R\$ 1.250,08
Salario por Hora	R\$ 13,79	R\$ 14,19
Hora Extra 50%	R\$ 20,69	R\$ 21,31
Hora Extra 100%	R\$ 27,60	R\$ 28,43
Adicional noturno 20% acrescimo	R\$ 16,56	R\$ 17,05

Sálario Vigilante Cobertura / Carro Leve

	Antes	Atual
Salario Normativo	R\$ 1.976,82	R\$ 2.036,12
Periculosidade 30%	R\$ 593,04	R\$ 610,83
Remuneração total	R\$ 2.569,86	R\$ 2.646,95
Ticket Alimentação / Refeição *Inclusive nas Férias 26x30 26x32	R\$ 780,00	R\$ 832,00
Remuneração + benefício	R\$ 3.349,86	R\$ 3.478,95
Adiantamento de Salario 40%	R\$ 1.027,95	R\$ 1.058,78
Salario por Hora	R\$ 11,68	R\$ 12,03
Hora Extra 50%	R\$ 17,53	R\$ 18,05
Hora Extra 100%	R\$ 23,38	R\$ 24,08
Adicional noturno 20% acrescimo	R\$ 14,01	R\$ 14,43

Salário Vigilante de Base (Escala 12x36)

	Antes	Atual
Salario Normativo	R\$ 1.838,93	R\$ 1.894,10
Periculosidade 30%	R\$ 551,67	R\$ 568,22
Remuneração total	R\$ 2.390,60	R\$ 2.462,32
Ticket dia Trabalhado *Inclusive nas Férias 15X25 15X30	R\$ 450,00	R\$ 480,00
Remuneração + benefício	R\$ 2.840,60	R\$ 2.942,32
Adiantamento de Salario 40%	R\$ 956,24	R\$ 984,93
Salario por Hora	R\$ 13,29	R\$ 13,69
Hora Extra 50%	R\$ 19,93	R\$ 20,53
Hora Extra 100%	R\$ 26,57	R\$ 27,37
Adicional noturno 20% acrescimo	R\$ 16,68	R\$ 17,18

Piso Tesouraria

	Antes	Atual
Salario Normativo	R\$ 1.327,30	R\$ 1.367,12
Ticket Alimentação / Refeição *Inclusive nas Férias 22x28 22x29,87	R\$ 616,00	R\$ 657,14
Remuneração + benefício	R\$ 1.943,30	R\$ 2.024,26
Adiantamento de Salario 40%	R\$ 530,92	R\$ 546,85
Salario por Hora	R\$ 6,04	R\$ 6,22
Hora Extra 50%	R\$ 9,05	R\$ 9,32
Hora Extra 100%	R\$ 12,07	R\$ 12,43
Adicional noturno 20% acrescimo	R\$ 7,24	R\$ 7,46

Os funcionários da tesouraria e administrativo receberão ticket nas férias e mais um ticket de dobra após a 12ª hora trabalhada



REFORMA TRABALHISTA

(Passa a vigorar a partir de 11 de novembro de 2017)

COMO ERA E COMO FICOU: 20 pontos da Reforma que v o mudar o seu dia a dia

1. Férias

Regra atual: as férias de 30 dias podem ser fracionadas em até dois períodos, sendo que um deles não pode ser inferior a 10 dias. Há possibilidade de 1/3 do período ser pago em forma de abono. **Nova regra:** as férias poderão ser fracionadas em até três períodos, mediante negociação, contanto que um dos períodos seja de pelo menos 15 dias corridos.

2. Jornada

Regra atual: a jornada é limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais, podendo haver até 2 horas extras por dia. **Nova regra:** a jornada diária poderá ser de 12 horas com 36 horas de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais (ou 48 horas, com as horas extras) e 220 horas mensais.

3. Tempo na empresa

Regra atual: a CLT considera serviço efetivo o período em que o empregado está à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens. **Nova regra:** não são consideradas dentro da jornada de trabalho as atividades no âmbito da empresa como descanso, estudo, alimentação, interação entre colegas, higiene pessoal e troca de uniforme.

4. Descanso

Regra atual: o trabalhador que exerce a jornada padrão de 8 horas diárias tem direito a no mínimo uma hora e a no máximo duas horas de intervalo para repouso ou alimentação. **Nova regra:** o intervalo dentro da jornada de trabalho poderá ser negociado, desde que tenha pelo menos 30 minutos. Além disso, se o empregador não conceder intervalo mínimo para almoço ou concedê-lo parcialmente, a indenização será de 50% do valor da hora normal de trabalho apenas sobre o tempo não concedido em vez de todo o tempo de intervalo devido.

5. Remuneração

Regra atual: a remuneração por produtividade não pode ser inferior à diária correspondente ao piso da categoria ou salário mínimo. Comissões, gratificações, percentagens, gorjetas e prêmios integram os salários. **Nova regra:** o pagamento do piso ou salário mínimo não será obrigatório na remuneração por produção. Além disso, trabalhadores e empresas poderão negociar todas as formas de remuneração, que não precisam fazer parte do salário

6. Plano de cargos e salários

Regra atual: o plano de cargos e salários precisa ser homologado no Ministério do Trabalho e constar do contrato de trabalho. **Nova regra:** o plano de carreira poderá ser negociado entre patrões e trabalhadores sem necessidade de homologação nem registro em contrato, podendo ser mudado constantemente.

7. Transporte

Regra atual: o tempo de deslocamento no transporte oferecido pela empresa para ir e vir do trabalho, cuja localidade é de difícil acesso ou não servida de transporte público, é contabilizado como jornada de trabalho. **Nova regra:** o tempo despendido até o local de trabalho e o retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho.

8. Trabalho intermitente (por período)

Regra atual: a legislação atual não contempla essa modalidade de trabalho. **Nova regra:** o trabalhador poderá ser pago por período trabalhado, recebendo pelas horas ou diária. Ele terá direito a férias, FGTS, previdência e 13º salário proporcionais. No contrato deverá estar estabelecido o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor do salário mínimo por hora ou à remuneração dos demais empregados que exerçam a mesma função. O empregado deverá ser convocado com, no mínimo, três dias corridos de antecedência. No período de inatividade, pode prestar serviços a outros contratantes.

9. Trabalho remoto (home office)

Regra atual: a legislação não contempla essa modalidade de trabalho. **Nova regra:** tudo o que o trabalhador usar em casa será formalizado com o patrão via contrato, como equipamentos e gastos com energia e internet, e o controle do trabalho será feito por tarefa.

10. Trabalho parcial

Regra atual: a CLT prevê jornada máxima de 25 horas por semana, sendo proibidas as horas extras. O trabalhador tem direito a férias proporcionais de no máximo 18 dias e não pode vender dias de férias.

Nova regra: a duração pode ser de até 30 horas semanais, sem possibilidade de horas extras semanais, ou de 26 horas semanais ou menos, com até 6 horas extras, pagas com acréscimo de 50%. Um terço do período de férias pode ser pago em dinheiro.

11. Negociação

Regra atual: convenções e acordos coletivos podem estabelecer condições de trabalho diferentes das previstas na legislação apenas se conferirem ao trabalhador um patamar superior ao que estiver previsto na lei. **Nova regra:** convenções e acordos coletivos poderão prevalecer sobre a legislação. Assim, os sindicatos e as empresas podem negociar condições de trabalho diferentes das previstas em lei, mas não necessariamente num patamar melhor para os trabalhadores. Em negociações sobre redução de salários ou de jornada, deverá haver cláusula prevendo a proteção dos empregados contra demissão durante o prazo de vigência do acordo. Esses acordos não precisarão prever contrapartidas para um item negociado. Acordos individualizados de livre negociação para empregados com instrução de nível superior e salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do INSS (R\$ 5.531,31) prevalecerão sobre o coletivo.

12. Prazo de validade das normas coletivas

Regra atual: as cláusulas dos acordos e convenções coletivas de trabalho integram os contratos individuais de trabalho e só podem ser modificados ou suprimidos por novas negociações coletivas. Passado o período de vigência, permanecem valendo até que sejam feitos novos acordos ou convenções coletivas. **Nova regra:** o que for negociado não precisará ser incorporado ao contrato de trabalho. Os sindicatos e as empresas poderão dispor livremente sobre os prazos de validade dos acordos e convenções coletivas, bem como sobre a manutenção ou não dos direitos ali previstos quando expirados os períodos de vigência. E, em caso de expiração da validade, novas negociações terão de ser feitas.

13. Representação

Regra atual: a Constituição assegura a eleição de um representante dos trabalhadores nas empresas com mais de 200 empregados, mas não há regulamentação sobre isso. Esse delegado sindical tem todos os direitos de um trabalhador comum e estabilidade de dois anos. **Nova regra:** os trabalhadores poderão escolher 3 funcionários que os representarão em empresas com no mínimo 200 funcionários na negociação com os patrões. Os representantes não precisam ser sindicalizados. Os sindicatos continuarão atuando apenas nos acordos e nas convenções coletivas.

14. Demissão

Regra atual: quando o trabalhador pede demissão ou é demitido por justa causa, ele não tem direito à multa de 40% sobre o saldo do FGTS nem à retirada do fundo. Em relação ao aviso prévio, a empresa pode avisar o trabalhador sobre a demissão com 30 dias de antecedência ou pagar o salário referente ao mês sem que o funcionário precise trabalhar. **Nova regra:** o contrato de trabalho poderá ser extinto de comum acordo, com pagamento de metade do aviso prévio e metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS. O empregado poderá ainda movimentar até 80% do valor depositado pela empresa na conta do FGTS, mas não terá direito ao seguro-desemprego.

15. Danos morais

Regra atual: os juízes estipulam o valor em ações envolvendo danos morais. **Nova regra:** a proposta impõe limitações ao valor a ser pleiteado pelo trabalhador, estabelecendo um teto para alguns pedidos de indenização. Ofensas graves cometidas por empregadores devem ser de no máximo 50 vezes o último salário contratual do ofendido.

16. Contribuição sindical

Regra atual: a contribuição é obrigatória. O pagamento é feito uma vez ao ano, por meio do desconto equivalente a um dia de salário do trabalhador.

Nova regra: a contribuição sindical será opcional.

17. Gravidez

Regra atual: mulheres grávidas ou lactantes estão proibidas de trabalhar em lugares com condições insalubres. Não há limite de tempo para avisar a empresa sobre a gravidez. **Nova regra:** é permitido o trabalho de mulheres grávidas em ambientes considerados insalubres, desde que a empresa apresente atestado médico que garanta que não há risco ao bebê nem à mãe. Mulheres demitidas têm até 30 dias para informar a empresa sobre a gravidez.

18. Banco de horas

Regra atual: o excesso de horas em um dia de trabalho pode ser compensado em outro dia, desde que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas. Há também um limite de 10 horas diárias. **Nova regra:** o banco de horas pode ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação se realize no mesmo mês.

19. Rescisão contratual

Regra atual: a homologação da rescisão contratual deve ser feita em sindicatos. **Nova regra:** a homologação da rescisão do contrato de trabalho pode ser feita na empresa, na presença dos advogados do empregador e do funcionário – que pode ter assistência do sindicato.

20. Ações na Justiça

Regra atual: o trabalhador pode faltar a até três audiências judiciais. Os honorários referentes a perícias são pagos pela União. Além disso, quem entra com ação não tem nenhum custo. **Nova regra:** o trabalhador será obrigado a comparecer às audiências na Justiça do Trabalho e, caso perca a ação, arcar com as custas do processo. Para os chamados honorários de sucumbência, devidos aos advogados da parte vencedora, quem perder a causa terá de pagar entre 5% e 15% do valor da sentença. O trabalhador que tiver acesso à Justiça gratuita também estará sujeito ao pagamento de honorários de perícias se tiver obtido créditos em outros processos capazes de suportar a despesa. Caso contrário, a União arcará com os custos. Da mesma forma, terá de pagar os honorários da parte vencedora em caso de perda da ação. Além disso, o advogado terá que definir exatamente o que ele está pedindo, ou seja, o valor da causa na ação. Haverá ainda punições para quem agir com má-fé, com multa de 1% a 10% da causa, além de indenização para a parte contrária. É considerada de má-fé a pessoa que alterar a verdade dos fatos, usar o processo para objetivo ilegal, gerar resistência injustificada ao andamento do processo, entre outros. Caso o empregado assine a rescisão contratual, fica impedido de questioná-la posteriormente na Justiça trabalhista. Além disso, fica limitado a 8 anos o prazo para andamento das ações. Se até lá a ação não tiver sido julgada ou concluída, o processo será extinto.

